

#### GT1 Africanidades e Brasilidades em Literaturas e Linguísticas

#### LITERATURA, POLÍTICA E IDENTIDADE EM CABO VERDE

Renan de Miranda Andrade<sup>1</sup>

**Resumo**: A literatura de Cabo Verde esteve associada, em diferentes momentos, a três polos de referência: Portugal, Brasil e o continente africano. A alternância entre essas zonas de influência não se deu por razões puramente estéticas ou literárias. Há também um importante componente político, que será o objeto deste estudo. Abordaremos neste trabalho as dinâmicas políticas e coloniais que direcionaram ou, em alguns casos, motivaram o trânsito de influência entre o arquipélago e uma dessas três esferas.

Palavras Chave: Cabo Verde; literatura africana, identidade cultural

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Pós-graduando em Letras pelo programa de mestrado Estudos da linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto – renanandrade@outlook.com



A literatura de Cabo Verde ocupa uma posição difícil de se situar dentro do meio literário lusófono. Presa entre dois polos, Portugal e Brasil, e ainda sob influência de um terceiro, o continente africano, com destaque para as também colônias portuguesas Guiné-Bissau e Angola, a literatura cabo-verdiana desenvolveu algumas características próprias ao longo do tempo, ora se espelhando no exemplo português, ora no brasileiro. Quanto à África, tanto pela dinâmica colonial quanto pela condição geográfica do arquipélago, a literatura em Cabo Verde acabou por se afastar de maiores influências africanas em um primeiro momento, só recorrendo a ela em uma escala mais significante na segunda metade do século XX, quando do fortalecimento dos movimentos de independência.

Embora sob domínio português por cerca de cinco séculos, Cabo Verde pouco tem em comum com as demais colônias portuguesas na África. A primeira diferença, e talvez a mais marcante, se dá pelo fato de que o arquipélago jamais fora habitado por seres humanos até a chegada dos navegadores portugueses do século XV, o que criou uma situação atípica em que todos os indivíduos que vieram a compor a população das ilhas foram para lá levados, em geral forçosamente e na condição de escravos, para atender as necessidades do reino de Portugal². Como não havia quaisquer preocupações na escolha de quem Portugal levava para Cabo Verde, fora a vantagem econômica, as primeiras gerações de habitantes das ilhas eram compostas por um emaranhado de diferentes etnias, com diferentes costumes, diferentes tradições e diferentes idiomas. Os vínculos territoriais e étnicos daqueles que foram levados para o arquipélago foram estilhaçados.

-

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Existe alguma controvérsia a esse respeito; alguns historiadores defendem que alguns mapas do início do século XV já apontavam a existência de ilhas à oeste da costa de Senegal e que essas ilhas poderiam ter sido visitadas com alguma constância pelas populações costeiras do continente em busca de peixes e de sal, além de as ilhas poderem ter abrigado um pequeno grupo de náufragos senegaleses. Porém, a ideia mais comumente aceita é de que não havia população enraizada no arquipélago que pudesse configurar algum tipo de povoamento. (MARTINS, 2009, p.17)



Sem a referência de antepassados ou de ritos e processos comunitários, foi preciso criar uma nova identidade quase que a partir do zero, sob influência não tanto de costumes ancestrais africanos, mas principalmente da cultura portuguesa, o que explicaria em parte a forte tentativa de afastamento da África e consequente aproximação com a Europa que caracterizou boa parte dos processos políticos e identitários de Cabo Verde desde o seu descobrimento.

Da descoberta das ilhas, em 1460, até o século XIX, Cabo Verde exerceu basicamente o papel de posto avançado do império português no comércio de escravos entre a África e a América, permanecendo sob controle total de Portugal e das instituições portuguesas. Diferentemente do continente, onde, apesar do domínio português, ainda havia algum espaço para a sobrevivência de ritos, mitos e práticas dos povos que habitavam aquelas terras antes de se tornarem colônias, em Cabo Verde, em parte pela inexistência de população anterior à colonização e em parte por sua condição insular, o controle português se deu de forma completa e absoluta.

A tamanha influência de Portugal sobre a vida cotidiana nas ilhas fez com que a população de Cabo Verde, principalmente as elites, se visse ocupando um território que guardava diferenças no plano cultural que poderiam sustentar a ideia de que, embora geograficamente pertencente à África, o arquipélago não seria africano.

É vulgar verem-se desembarcar nestas ilhas africanas (...) estrangeiros, sedentos de exotismos, com aquela doentia curiosidade de quem pisa terras de África e, por conseguinte, terras de mistério, e que (...) tornam a embarcar desiludidos e azedos, porque nada de novo colheram, (...) não assistiram sequer a uma sessão de magia negra. (LOPES, 1936, p.5)

Essas distinções entre Cabo Verde e as demais colônias portuguesas na África geraram um processo identitário em que os aspectos culturais do arquipélago e de seu povo assumiriam uma posição de comparatividade com o continente



africano, primeiro num movimento de distanciamento e, em meados do século XX, num movimento de proximidade ou pertencimento.

O modelo de colonização existente em Cabo Verde, completo e irrestrito, em oposição ao modelo colonial nas terras continentais, no qual haviam zonas de muita influência europeia, mas ainda persistiam espaços, em geral rincões no interior, onde sobreviviam relações sociais e étnicas ancestrais, levou a uma pretensa homogeneização do gentílico cabo-verdiano que acabou por ganhar os contornos políticos e sociológicos vigentes no século XIX e início do século XX.

A violência física e simbólica, que destruiu grande parte da memória étnica dos escravizados, tem sido lida pelos intelectuais cabo verdianos como 'fusão cultural de europeus e africanos'. Essa 'fusão cultural' numa mestiçagem geral é percebida por uma parte da intelectualidade cabo-verdiana como positiva, no sentido de que se teria constituído uma unidade nacional antes da implantação de um Estado nacional. (ANJOS, 2000, p.178)

A medida em que a ideia de mestiçagem, de que a população de Cabo Verde era majoritariamente mestiça, tanto no plano racial quanto no cultural, ganhava força, começou a prevalecer entre os intelectuais cabo-verdianos e também no imaginário popular o discurso de negação simultânea da africanidade e do europeísmo, esta última contudo um pouco mais tímida. O fortalecimento dessa noção de que o arquipélago não era África nem Europa mas sim Cabo Verde está no cerne da transformação de uma identidade cultural em uma identidade nacional, que viria a embasar ou pelo menos balizar as lutas pela libertação nacional. A ideia de miscigenação no caso cabo-verdiano se deu mais "como se mestiçagem deixasse de ser um pressuposto de pluralidade étnica para se definir como caso acabado de reetnização" (ANJOS, 2000, p.181), derivando-se disso uma concepção mais homogênea em torno da população das ilhas.

Essa nova concepção, na qual todos são iguais, todos são mestiços, deu um golpe de misericórdia nas antigas estruturas sociais que vigoraram em Cabo



Verde do século XV ao XIX e que já vinham definhando há algum tempo. Anteriormente, podemos falar de uma sociedade "na qual um grupo étnico exerce o controle dos meios de produção utilizados por outro grupo', portanto que se criou 'uma relação de desigualdade e estratificação" (BARTH, 1976,p. 33, Apud ANJOS, 2000, p.182). Nesse cenário, o grupo étnico controlador – os brancos – era profundamente dividido entre "brancos do reino" e "brancos da terra", sendo os brancos do reino aqueles indivíduos oriundos da metrópole que, via de regra, ocupavam todos os cargos mais relevantes da administração do arquipélago e exerciam poder real em todos os segmentos da economia e nas decisões jurídicas e institucionais. Já os filhos da terra eram os indivíduos nascidos no arquipélago, que, sem muito espaço na administração das coisas públicas, os mais abastados tendiam a migrar ou a se dedicarem a atividades comerciais. Essa divisão entre os "brancos" acaba por ser desfeita com a ascensão do discurso de mesticagem, nas palavras de Anjos:

Nosso argumento central é de que essa rachadura na identidade dos 'brancos' entre os 'da terra' e os metropolitanos, favoreceu a emergência da identidade mestiça fortalecida pelas frustações da elite local quanto a possibilidades de ocupar os mais altos postos administrativos da província. (ANJOS, 2000, p.183)

Ao longo do século XIX a influência direta da metrópole nos assuntos mais corriqueiros da vida cabo-verdiana viu-se diminuindo ao ponto em que boa parte das instituições do arquipélago ficaram sob custódia das elites cabo-verdianas oriundas do próprio arquipélago que começaram, então, através do controle dos sistemas nacionais, a mediar as relações da comunidade cabo-verdiana com o governo colonial e com outras partes do mundo, além de fornecer a mediação ideológica dentro do arquipélago.

Dessa mediação realizada pelos próprios cabo-verdianos surgiram diversas iniciativas, como a construção de escolas e liceus, que possibilitaram o



aparecimento de uma elite intelectual que se via capaz de administrar os interesses das ilhas com maior independência em relação à metrópole.

O número cada vez maior de pessoas investindo na escolarização em fins do século XIX e início do século XX deu origem à número cada vez maior de leitores, fomentando uma produção cultural regular que viria a alavancar o número de publicações literárias e jornalísticas e as atividades relacionadas à imprensa no arquipélago. Imprensa esta que teve origem, em Cabo Verde, no ano de 1842 com a instalação da primeira tipografia nacional na ilha de Boa Vista, por ordem da administração colonial portuguesa<sup>3</sup>.

Tomando o ano de 1842, por ser a data de origem da imprensa cabo-verdiana, como ponto de partida para uma breve análise da evolução da literatura em Cabo-Verde é possível notar que daí até as primeiras décadas do século XX, a literatura de Cabo Verde seguia quase que inteiramente o modelo português. Havia por essa época no arquipélago o interesse entre as elites locais de se afastar da África, uma forma de garantir maiores benefícios políticos da metrópole na disputa com as demais colônias portuguesas localizadas no continente, sob o discurso de que as ilhas seriam uma região mais civilizada e menos exótica que o continente africano, portanto mais próxima culturalmente de Portugal. Essa lógica política se reflete na produção literária do período, tanto porque em geral os responsáveis por tais produções eram ligados à administração pública diretamente ou por laços familiares quanto pelo fato de que se o arquipélago se alinha politicamente com a metrópole, a tendência é de que os intelectuais cabo-verdianos tenham maior facilidade para manter contato com os movimentos literários e culturais da metrópole, sendo por estes balizados e portanto com eles compartilhando características de forma ou conteúdo.

Quando o discurso de mestiçagem atinge um nível quase consensual em Cabo Verde, no final da década de 1920 e início da década de 1930, a ideia de uma

\_

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> http://www.incv.cv/index.php?option=com\_content&view=article&id=100&Itemid=76 – Acesso em 29/09/2016 – 11:15.



identidade cultural própria – nem África nem Europa – começa a prevalecer entre a população cabo-verdiana. Esse movimento leva os escritores do arquipélago a buscarem referenciais que fugissem desses dois paradigmas, encontrando o espelho perfeito nas obras regionalistas do nordeste brasileiro.

Se a intenção dos intelectuais cabo-verdianos era estabelecer um parâmetro literário que desvinculasse as ilhas das influências europeias e africanas, o Brasil de 1930 era a escolha óbvia:

o facto que terá levado os escritores cabo-verdianos a seguir o modelo brasileiro terá sido, não só a simultaneidade de uma explosão de uma literatura regionalista, como ainda a coincidência histórica, geográfica, social e cultural dessa duas realidades – o Nordeste Brasileiro e as Ilhas de Cabo Verde. (SEMEDO, 2001, p.254 e 264, Apud MARCOS e QUEIROZ, 2011, p.2)

Cabo Verde e o nordeste do Brasil não apenas compartilhavam o mesmo idioma, como também possuíam uma história colonial parecida, centrada na agricultura, com uma pequena elite branca possuídora das terras se beneficiando do trabalho de escravos negros, e compartilhavam até mesmo problemas semelhantes, como a seca e o abandono, no caso cabo-verdiano por parte da metrópole e no caso nordestino por parte da metade sul do país, onde se localizava o coração financeiro e onde estava estabelecida a máquina pública do Brasil.

Essa conexão entre Brasil e Cabo Verde contribuiu imensamente para o desenvolvimento de uma literatura genuinamente cabo-verdiana. E o afastamento dos valores metropolitanos que esse novo referencial literário representava permitiu que se forjasse uma ideia de futuro próprio para o arquipélago, centrado não na dependência de Portugal, mas sim em uma identidade cultural tipicamente cabo-verdiana.

Politicamente, essa adoção no campo literário do Brasil como principal referência externa em detrimento de Portugal representou a quebra definitiva com o modelo antigo, em que a mediação colônia-metrópole era feita pelos grandes proprietários



de terras; já nas primeiras décadas do século XX essa mediação passou a ser realizada por um novo grupo: os intelectuais oriundos da conversão cada vez maior do capital agrário em capital cultural.

O símbolo maior dessa conversão paradigmática na qual os intelectuais de Cabo Verde voltaram os olhos para o Brasil foi o movimento *claridoso*, surgido com o lançamento do primeiro número da revista *Claridade* em 1936.

Ao assumir a afinidade com o Brasil e sua cultura mestiça e autonoma, os escritores claridosos – em processo de emergência da consciência cultural e nacional, como os irmãos africanos de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau – evidenciaram a sua determinação em refletir-se em (e por meio de) outros espelhos, mais próximos porque detentores de um itinerário histórico igualmente colonizado. (GOMES, 2008, p.112, Apud MARCOS e QUEIROZ, 2011, p.3)

Em outras palavras, o movimento claridoso se apropriou do discurso de mestiçagem para a partir dele construir a base de uma identidade cultural unificada em todo o arquipélago, minimizando diferenças de origem étnica ou diferenças existentes entre as ilhas com a intenção de naturalizar as características cabo-verdianas:

Dentro das páginas da revista Claridade, portanto, percebese um jogo discursivo que intenta o apagamento de uma multiplicidade, que poderia estar presente desde as diferenças culturais entre as ilhas até os conflitos de grupos sociais distintos, para edificar e prezar por uma unidade, uma comunidade imaginada. (ANDERSON, 2008, Apud GARRIDO, 2012, p.12)

Além de servir enquanto modelo de literatura regionalista, o Brasil fez outra importante contribuição para o estabelecimento dessa nova ordem política que tomava forma em Cabo Verde e que viria a fundamentar as diferenças identitárias entre o arquipélago, a metrópole e as demais colônias da África, e viria também a



fazer com que a ascensão aos cargos políticos mais elevados se desse não através de regalias familiares ou hereditárias, mas sim por critérios mais universais, como a escolaridade. Essa contribuição veio na forma das ideias de Gilberto Freyre, que cimentaram no imaginário dos intelectuais cabo-verdianos o discurso da mestiçagem. A adesão sistemática à sociologia de Gilberto Freyre por parte dos intelectuais é um exemplo do processo de importação e apropriação de símbolos que caracterizou as primeiras tentativas de se construir uma identidade cultural tipicamente cabo-verdiana. Era como se os cabo-verdianos aguardassem especialistas de outras terras que pudessem referendar o discurso da mestiçagem, que cumpria a função política de legitimar os novos mecanismos de mediação surgidos após a ruptura do sistema quase feudal em que os grandes proprietários de terra, de uma forma quase hereditária, eram os responsáveis por fazer a mediação entre os interesses do arquipélago e os interesses da metrópole. Porém, em uma visita a Cabo Verde já na década de 50, Freyre afirmou que o povo e a cultura das ilhas eram essencialmente negros, gerando reações como esta:

O Messias desiludiu-nos (...) temos pois que a posição do sociólogo brasileiro é diametralmente oposta à que esbocei nesta crônica (...) acode-me ao bico da pena o adjectivo 'absurdo' para qualificar esta caracterização que Gilberto Freyre concebeu. (LOPES, 1956, p.14, Apud ANJOS, 2006, p.110)

Se entre as décadas de 1930 e 1950 Cabo Verde buscava referenciais externos em releituras da literatura e dos processos culturais brasileiros, depois desse período a situação começa a se inverter. No panorama político as lutas pela libertação nacional começam a ganhar corpo, principalmente na pessoa de Amílcar Cabral e no Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Para fortalecer o ideário de independência, uma maior proximidade com a África e com os movimentos de luta de libertação nacional das demais colônias portuguesas se fazia conveniente ou até mesmo necessária.



Assim, a nova elite intelectual nacionalista se volta para o continente africano pela primeira vez, buscando referências e inspiração na então chamada 'Pátria Mãe'. "De forma sistemática, a reivindicação da dimensão africana na formação social cabo-verdiana aparece com os intelectuais orgânicos da luta de libertação nacional" (FURTADO, 2012, p.163).

Mesmo compartilhando um objetivo comum – a independência – com as demais colônias portuguesas na África, principalmente com a Guiné-Bissau, já que os dois territórios organizaram o movimento separatista sob um mesmo partido, Cabo Verde ainda sim guardava diferenças abissais em termos de comportamento cultural e funcional. Nas palavras de Queiroz:

o PAIGC (Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo Verde) empreenderia uma luta armada no território da Guiné Bissau, enquanto que em Cabo Verde as dimensões reduzidas do território insular, dentre outros fatores, opunham fortes obstáculos a tal empreitada, daí o caráter cultural/intelectual clandestino que os movimentos separatistas assumiram no arquipélago. (QUEIROZ, 2007, p.49-50, Apud MARCOS e QUEIROZ, 2011, p.3)

O fato de a luta pela independência de Cabo Verde ter assumido um aspecto mais intelectual ou cultural que físico pode funcionar como um bom indicativo do sucesso obtido pelas gerações anteriores no estabelecimento de uma mediação administrativa baseada mais no capital cultural que no poderio financeiro ou familiar. Mas apesar das diferenças nos mecanismos de enfrentamento da condição colonial em busca da independência que Cabo Verde guarda em relação às colônias continentais, a luta se deu na mesma época marcada pela emancipação das demais nações africanas, num movimento de descolonização que mudou radicalmente o funcionamento do mundo ocidental, afetando principalmente a Europa e a África.

Quando se fala em identidade cultural e em tendências políticas influenciando ou gerando tendências no âmbito da literatura é importante deixar claro que não



existem fronteiras bem estabelecidas e que não é possível enquadrar perfeitamente os movimentos literários seja no aspecto temporal ou no aspecto geográfico. Mas no caso cabo-verdiano é possível observar um padrão que, ainda que não possua uma rigidez absoluta, nos permite olhar para o desenvolvimento da literatura no arquipélago sob uma óptica de paralelismo entre as ambições políticas e as atividades literário-culturais.

Durante o século XIX a produção literária cabo-verdiana era espelhada e referendada pelo modelo fornecido pelas publicações portuguesas, enguanto no plano político a máxima era "Cabo Verde é português, ainda que esteja posicionado em águas africanas" (GARRIDO, 2012, p.7). Mais tarde, com a conversão do capital agrário em capital cultural derivada do esgotamento do modelo colonial em que os grandes proprietários rurais, através de mecanismos como arrendamento de terras, exerciam o controle político sobre a população, a mediação arquipélago-metrópole passa a ser feita por um grupo de intelectuais que se achavam capazes de tal por se acreditarem representantes de um povo possuidor de uma identidade especificamente cabo-verdiana, com valores distintos daqueles da metrópole e distintos também dos valores da África continental. Nesse momento, a literatura das ilhas se afasta do modelo português e busca se espelhar no movimento regionalista do nordeste brasileiro. A medida em que o processo de descolonização avança e as lutas de libertação ganham força em toda a África, Cabo Verde, no plano político, começa a almejar a independência, enquanto no plano literário, concomitantemente, passa a cada vez mais buscar referenciais africanos e a ressaltar elementos do povo e da cultura das ilhas que dialogam com o continente.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

ANJOS, José Carlos dos. *Cabo Verde e a importação do ideologema brasileiro da mestiçagem.* Porto Alegre. Horizontes Antropológicos, ano 6, n.14, p. 177-204, 2000.



\_\_\_\_\_, Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2006.

FURTADO, Cláudio Alves. *Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio*. Salvador, BA. Revista Afro-Ásia, n. 45, p. 143-171. 2012.

GARRIDO, Taciana A. *A revista Claridade sob uma perspectiva triangular África-Portugal-Cabo Verde.* Belo Horizonte, MG. XVIII Encontro Regional ANPUH-MG. 2012.

LOPES, Manuel. Tomada de vista. *Claridade: revista de artes e letras*, Sociedade de Tipografia e Publicidade, São Vicente, n.2, p.5-6, 1936.

MARCOS, Eidson Miguel da silva e QUEIROZ, Amarino Oliveira de. *Entre famintos e brutos: representação e crítica social em Luis Romano e José Bezzera Gomes.* UFRN. Natal, 2011.

MARTINS, Amarilis Barbosa. *Relações Entre Portugal e Cabo Verde Antes e Depois da Independência*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009.